



Govorno do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE



10/02/2023 16:40

GPWEB SEMA



GOVERNO DO ESTADO DE
MATO GROSSO

SEMA
SECRETARIA DE
ESTADO DE
MEIO AMBIENTE



INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A DESPESA

1. TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO Nº 003/CAC/2023

2. DADOS DO PROJETO / CONVÊNIO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

- 2.1. Nome do Projeto: Não se aplica.
2.2. Convênio/Instrumento: Não se aplica
2.3. Meta/Etapa: Não se aplica
2.4. Componente/Ação: Não se aplica
2.5. SICONV: Não
2.6. GEO-OBRS: Não

3. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

- 3.1. Programa: 036
3.2. Função: 18
3.3. Unidade Orçamentária: 27101
3.4. Subfunção: 122
3.5. Ação: 2007
3.6. Subação: 3
3.7. Etapa/Medida/Tarefa: 1

4. UNIDADE DEMANDANTE:

COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS-CAC - SEMA MT

5. DESCRIÇÃO DA CATEGORIA DE DESPESA:

Capacitação

6. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS:

Projeto/Atividade/Ação	Fonte	Região	Classificação da Despesa	Valor(R\$)
2023				
2007	1.759.0000 - SEMA	9900	3.3.90.39.051	9.800,00
Total				9.800,00

FUNDAMENTAÇÃO MÍNIMA PARA AQUISIÇÃO DE BENS

7. OBJETO SINTÉTICO

Aquisição de 02 (duas) vagas para 18º Congresso Brasileiro de Pregoeiros a ser realizado nos dias 28 a 31 de março de 2023 em Foz do Iguaçu-PR.

7.1 Especificação Detalhada:

Conforme Folder constante nas págs. 04/12 do PROCESSO Nº SEMA-PRO-2023/01683.

8. PLANILHA DESCRITIVA DO OBJETO

Item	Especificação	Un.	Cod. SIAG	Qt.	Qt. Meses	Valor Unit.	Unit. Atual	Total
1 -	INSCRIÇÃO PARA O CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS, PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL. UNIDADE.	unidade	1108641	2,00	1	R\$ 4.900,00		R\$ 9.800,00
Total								R\$ 9.800,00

9. JUSTIFICATIVA TÉCNICA

9.1. PARA A CONTRATAÇÃO

Tendo em vista a vigência da Nova Lei de Licitações e Contratos, diante disso a presença dos servidores no Congresso, vem de encontro com a necessidade de atualização de conhecimentos dos servidores da Coordenadoria de Aquisições e Contratos, diante da publicação da nova lei de licitações (14.133/2021).O Congresso Brasileiro de Pregoeiros é um dos melhores, se não o melhor evento sobre licitações e contratos do Brasil, com palestrantes renomados, com amplo conhecimento sobre o tema, é preparado para contribuir com a evolução das competências dos agentes públicos.

O Grupo Negócios Públicos está há mais de 20 anos atuando na realização de eventos, treinamentos e soluções na área de Licitações e Contratos. É reconhecido no mercado como um dos principais parceiros da Administração Pública, pois produz conhecimento de alta qualidade e entrega soluções concretas e eficientes para o dia a dia dos agentes. Desse modo, considerando que cabe a gestão formular as diretrizes de políticas de aquisições no âmbito desta Secretaria, os servidores devem permanecer atualizados com as normas e boas práticas sobre o tema, com vistas a possibilitar maior eficiência.

9.2. DO QUANTITATIVO

O quantitativo previsto no presente Termo de Referência reflete a necessidade de atualização dos servidores, considerando que não há histórico dos eventos anteriores foi determinada a compra de 02 vagas.

9.3. DO PARCELAMENTO DOS ITENS

Não se aplica

10. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

Não

11. DA APRESENTAÇÃO DE FOLDER/CATÁLOGO

Não

12. DA ENTREGA DO OBJETO

12.1. TIPO DE ENTREGA

Tipo de Entrega	Observação
Parcela única	

12.2. DO PRAZO E HORÁRIOS

- O prazo para entrega dos produtos será de 0 (zero) dias, contados a partir do recebimento formal da ordem de fornecimento pela Contratada.

gpweb.sema.mt.gov

Assinado com senha por JACKELYNNE DE CASSIA PAIVA - GERENTE / GAQ - 10/02/2023 às 16:43:55, FATIMA APARECIDA DE CARVALHO - COORDENADOR / COR - 10/02/2023 às 16:46:21, BRUNA CARLA GUARIM DA SILVA - PREGOEIRO / GAQ - 10/02/2023 às 16:51:47, LAURA CRISTINA GONCALVES - COORDENADOR / CAC - 10/02/2023 às 16:52:02, WALDEMAR GARCIA NUNES JUNIOR - COORDENADOR / CFIN - 10/02/2023 às 16:53:19, SANDRA MARIA FIGUEIREDO DANTAS MONTEIRO - ASSESSOR ESPECIAL II / GSAAS - 10/02/2023 às 17:05:46, JUCINEIDE JESUS DE PAULA - COORDENADOR / CAL - 10/02/2023 às 17:07:05, RITA DE CASSIA DE SOUZA - COORDENADOR / CGP - 10/02/2023 às 17:55:22 e ANGRA FABIANA DE MORAES BASTOS - TECNICO DESENV ECO SOC L 10177/14 / GCC - 12/02/2023 às 17:06:08.

Documento Nº: 6922377-6141 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6922377-6141>



SEMADIC202303421A

SIGA



Gov^o do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

10/02/2023 16:40

GPWEB SEMA

- Os produtos serão entregues de **segunda a sexta-feira**, tendo, por regra, **das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas**. Todavia, deve-se observar o horário de funcionamento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, que será estipulado na Ordem de Fornecimento;
- Os produtos não serão recebidos em horários diferentes ao determinado nem em feriados e recesso.
- Caso o horário de expediente da Contratante seja alterado por determinação legal ou imposição de circunstâncias supervenientes, deverá ser promovida adequação nos horários para a entrega dos bens em atendimento da nova situação;
- Havendo causa impeditiva para o cumprimento dos prazos, a Contratada deverá apresentar justificativa por escrito indicando o prazo necessário ao Contratante, que por sua vez analisará e tomará as providências para a aceitação ou não das justificativas apresentadas.

13. DO LOCAL

13.1. Os produtos serão entregues à **Foz do Iguaçu/PR.**, nas unidades indicadas pelo Contratante.

14. DA FORMA DE ENTREGA

- 14.1. A Contratada será responsável pelo transporte dos produtos, desde o local da embalagem até a sua entrega, ao Contratante;
- 14.2. As embalagens dos produtos deverão ser acondicionadas conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação dos produtos e demais informações exigidas na legislação em vigor;
- 14.3. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 14.4. A embalagem deve ser adequada à sua conservação e indicar marca, modelo e procedência do produto, bem como CNPJ, nome do fabricante, além de informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados e ainda sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores;
- 14.5. A entrega dos produtos poderá ser efetuada de forma parcelada, de acordo com o quantitativo estabelecido na Ordem de Fornecimento;
- 14.6. Na entrega não será aceita troca de marca e fabricante dos produtos ofertados na proposta, salvo no caso previsto no art. 94 do Decreto Estadual nº 840/2017.
- 14.7. A entrega do produto ficará a cargo da Contratada, devendo ser providenciada a mão de obra necessária;
- 14.8. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pelo Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal;
- 14.9. Serão aceitos e recebidos, somente os produtos que estiverem em perfeitas condições, caso algum produto sofra danos durante o transporte e ou não apresentem as condições ora estabelecidas, os mesmos serão rejeitados e devolvidos, ficando o fornecedor obrigado a substituí-los, sujeitando-se ainda às sanções previstas no Edital e na legislação pertinente, quando couber;
- 14.10. Quaisquer produtos fornecidos que apresentem vícios ou defeitos de fabricação, serão devolvidos, comprometendo-se a Contratada, por sua conta, a substituí-los por outros novos e em perfeito estado de utilização, de acordo com as especificações do Termo de Referência e seus anexos, sem que este fato acarrete qualquer ônus para a Contratante;

15. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO/ORDEM DE FORNECIMENTO

Fiscal Titular: Bruna Carla Guarim da Silva
Fiscal Substituto: Laura Cristina Gonçalves

- 15.1. O Termo de Contrato será substituído pela Ordem de Fornecimento, nos termos da legislação.
- 15.2. A fiscalização será exercida por servidor(es) designado(s) pelo Contratante, o qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do presente Contrato/Ordem de Fornecimento.
- Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do Contrato, o Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução do objeto contratado.
- 15.3. A fiscalização deverá emitir informação ou relatório a respeito de todos os atos da Contratada relativos à execução do Contrato/Ordem de Fornecimento, quando couber, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações, prorrogações e rescisão do Contrato/Ordem de Fornecimento, devendo, em seu relatório de avaliação da qualidade dos serviços, identificar e quantificar as ocorrências eventualmente praticadas pela Contratada no período de faturamento, com vistas a aplicar a multas/glosas no pagamento da fatura.
- 15.4. Todas as ocorrências devem ser documentalmente comprovadas e anexadas ao Relatório.

16. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- 16.1. Os produtos serão recebidos conforme a seguir:
- 16.2. **Provisoriamente:** o recebimento provisório dar-se-á por servidor indicado pelo Contratante, no ato da entrega do produto e, encontrando irregularidade, fixará prazo para correção/troca, ou, se aprovado, autorizará a emissão da NF;
- 16.3. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da Contratada, devendo ser substituídos no prazo máximo de **0 (zero) dias**, a contar da notificação do Fiscal da Contratante, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 16.4. **Definitivamente:** após recebimento provisório, será verificada a integridade do (s) produto (s), incluindo qualidade e quantidade, e sendo aprovados, será efetivado o recebimento definitivo, com aposição de assinatura nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (Danfe) ou na Nota Fiscal.
- 16.5. Na hipótese de irregularidade não sanada pela Contratada, a fiscalização da Contratante reduzirá a Termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade superior, para adoção dos procedimentos inerentes a apuração dos fatos e a aplicação de penalidades;
- 16.6. O aceite/aprovação do (s) produto (s) pela Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do (s) produto (s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.

17. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 17.1. Comparecer, quando convocado, para retirar a Ordem de Fornecimento e a Nota de Empenho específica no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da convocação formal;
- 17.2. Executar os serviços conforme estabelecido na proposta, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento da condição estabelecida;
- 17.3. Manter, durante a vigência da contratação, as condições de habilitação exigidas, devendo comunicar o CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- 17.4. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução.
- 17.5. Fornecer todo material didático para acompanhamento do curso;
- 17.6. Fornecer Certificado de participação
- 17.7. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgados necessários para recebimento de correspondência;
- 17.8. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos para a execução do objeto, em conformidade com as Normas e determinações legais em vigor;
- 17.9. Emitir Nota Fiscal, discriminando o(s) bem(ns) entregue(s) no período, de acordo com a especificação constante no Termo de Referência;
- 17.10. Entregar o(s) objeto(s) contratado(s), nos termos, local, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidos no Termo de Referência e no Edital;
- 17.11. O(s) bem(s) contratado(s) deverão ser entregue(s) de acordo com a necessidade do Contratante, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com a observância das recomendações técnicas aceitáveis, respectivas Normas e legislação;
- 17.12. Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega dos bens a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Contratante;
- 17.13. Permitir que o Contratante, em qualquer momento, audite e avalie o(s) bem(s) relacionado(s) ao objeto contratado.
- 17.14. Prestar os esclarecimentos solicitados pelo Contratante, obrigando-se de plano a responder e atender as reclamações, devendo ainda dar ciência a este, por escrito, de qualquer anormalidade que for verificada quando da execução da contratação;
- 17.15. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias na execução do contrato, até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do Contrato, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;
- 17.16. Observar e aplicar as práticas de sustentabilidade ambiental, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SITI/MPOG nº 01. de 19 de janeiro de 2010. tais como:
- 17.17. Racionalizaç

gpweb.sema.mt.gov



Assinado com senha por JACKELYNNE DE CASSIA PAIVA - GERENTE / GAQ - 10/02/2023 às 16:43:55, FATIMA APARECIDA DE CARVALHO - COORDENADOR / COR - 10/02/2023 às 16:46:21, BRUNA CARLA GUARIM DA SILVA - PREGOEIRO / GAQ - 10/02/2023 às 16:51:47, LAURA CRISTINA GONCALVES - COORDENADOR / CAC - 10/02/2023 às 16:52:02, WALDEMAR GARCIA NUNES JUNIOR - COORDENADOR / CFIN - 10/02/2023 às 16:53:19, SANDRA MARIA FIGUEIREDO DANTAS MONTEIRO - ASSESSOR ESPECIAL II / GSAAS - 10/02/2023 às 17:05:46, JUCINEIDE JESUS DE PAULA - COORDENADOR / CAL - 10/02/2023 às 17:07:05, RITA DE CASSIA DE SOUZA - COORDENADOR / CGP - 10/02/2023 às 17:55:22 e ANGRA FABIANA DE MORAES BASTOS - TECNICO DESENV ECO SOC L 10177/14 / GCC - 12/02/2023 às 17:06:08.
Documento Nº: 6922377-6141 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=6922377-6141>



SEMADIC202303421A



Gov^o do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

10/02/2023 16:40

GPWEB SEMA

- 17.18.** Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
17.19. Responsabilizar-se integralmente pela execução do objeto contratado, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução, devendo para tal:
17.20. A Contratada e seus prestadores de serviços deverão manter sigilo acerca de todo e qualquer dado, informação ou assunto de interesse do Contratante ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução da contratação, sob pena de responder civil, penal e administrativamente;
17.21. Toda informação ou procedimento do qual a Contratada venha a ter acesso por força da contratação firmada, possui caráter de confidencialidade, devendo esta agir com diligência para evitar sua divulgação, seja por ação ou omissão, de forma verbal ou escrita, a qualquer terceiro.
17.22. Cumprir as demais obrigações e responsabilidades previstas em lei.

18. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

O Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, obriga-se a:

- 18.1.** Designar, servidor(es) ao qual(is) caberá(ão) a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do Contrato, conforme legislação vigente;
18.2. A fiscalização se dará por meio de um representante do Contratante, denominado Fiscal de Contrato, a ser oportunamente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, que anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual.
18.3. Emitir ordem de serviço estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto, quando for o caso;
18.4. Fornecer à Contratada todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto contratado, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada em suas dependências, desde que observadas às normas de segurança;
18.5. Disponibilizar local adequado para a realização do serviço;
18.6. Receber o objeto contratado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no processo licitatório;
18.7. Avaliar a qualidade dos serviços prestados, podendo rejeitá-los no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as obrigações assumidas;
18.8. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas, inclusive quanto a continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo Contratante, não deve ser interrompida.
18.9. Notificar a empresa Contratada sobre possíveis irregularidades ou imperfeições observadas na execução do contrato, para reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da solicitação formal do Fiscal dos Órgãos/Entidades Contratante;
18.10. Após comunicação das possíveis irregularidades, a Contratada deverá refazer o serviço OU substituir o produto para sanar as impropriedades.
18.11. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, desde que atinentes ao objeto da contratação.
18.12. Efetuar o pagamento da Contratada, com observância do preço e as condições estabelecidas no Termo de Referência e em Edital.
18.13. Efetuar as retenções tributárias devidas, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada, quando couber;
18.14. Não efetuar pagamento à empresa Contratada, enquanto pendente qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária, pois a quem deu causa a mora foi a Contratada.
18.15. Inserir as informações pertinentes ao objeto contratado, no sistema SIAG-C, após firmar o Contrato e/ou emitir a Nota de Empenho, em atendimento à Lei de Acesso às Informações (Lei Federal nº 12.527/11), regulamentada pelo Decreto Estadual nº 1.973/13.

19. DA GARANTIA

19.1. GARANTIA DO BEM

- 19.1.1.** A contratada deverá fornecer os produtos em excelentes condições de uso.
19.1.2. O prazo de garantia e validade do(s) bem(ns) deverá(ão) ser de no mínimo **0 (zero) meses**, prevalecendo o prazo de garantia fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso maior;
19.1.3. O prazo de garantia iniciar-se-ão a partir da data da emissão do termo de recebimento definitivo do(s) bem(ns) pelo Contratante;
19.1.4. Caso o bem tenha validade indeterminada, deverá a Contratada fornecê-lo com no mínimo **0 (zero) anos** de fabricação;
19.1.5. A garantia prestada no que se refere à deterioração do bem entregue/recebido e a condição de uso, dentro do prazo de garantia.
19.1.6. Todas as despesas que ocorrerem no período de garantia, tais como troca, conserto, substituição de peças, transporte, mão-de-obra e manutenção dos materiais, no caso de apresentar(em) imperfeição(ões), correrão por conta da Contratada, não cabendo ao Contratante quaisquer ônus, devendo disponibilizar bem equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente oferecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

20. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 20.1.** O pagamento será efetuado pela Contratante em favor da Contratada, conforme definido no Termo de Referência, mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, data fixada de acordo com a legislação para pagamento vigente no âmbito do Estado de Mato Grosso, bem como, em conformidade com o Decreto Estadual nº 8.199/2006 e Decreto Estadual nº 840/2017, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato da CONTRATANTE.
20.2. O prazo de pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data do atesto da Nota Fiscal pelo fiscal da Contratante.
20.3. As Notas Fiscais/Faturas ou documento equivalente devem ser emitidos em nome de ESTADO DE MATO GROSSO, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e enviadas, via correio eletrônico, no endereço informado pela Contratante, com todos os documentos necessários para o pagamento, para serem devidamente conferidas e atestadas pelo fiscal.
20.4. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, descrição detalhada do objeto, período de entrega/execução, dados da ordem de serviço e quantitativo do item ou o número do contrato, conforme o caso, o nome do banco, agência e conta corrente onde deverá ser feito o pagamento.
20.5. O pagamento será efetuado mediante a apresentação dos documentos abaixo e outros que se fizerem necessários, conforme o caso, nos termos da legislação vigente:
a) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor.
b) Certidão Negativa de Débitos Gerais e Tributos Municipais.
c) Prova de regularidade relativa à Débitos Trabalhistas (CNDT) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso for solidário na obrigação.
d) Certidão Negativa de Débito de Tributos Federais e de Dívida Ativa da União.
e) Certidão Negativa de Débitos Inscritos na Dívida Ativa do Estado (PGE).
20.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, fato que não gera direito a reajuste de preços ou à atualização monetária.
20.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
20.8. O pagamento efetuado à Contratada não isentará de suas responsabilidades vinculadas aos serviços prestados, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.
20.9. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados.
20.10. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor devido, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE do período compreendido entre a data final do adimplemento e a do efetivo pagamento.
20.11. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
20.12. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela Contratada, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.
20.13. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterá o detalhamento dos serviços executados.
20.14. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços/produtos efetivamente prestados/entregues.
20.15. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta on-line aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento, a critério da Contratante.
20.16. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
20.17. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".
20.18. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada;
20.19. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

gpweb.sema.mt.gov



Assinado com senha por JACKELYNNE DE CASSIA PAIVA - GERENTE / GAQ - 10/02/2023 às 16:43:55, FATIMA APARECIDA DE CARVALHO - COORDENADOR / COR - 10/02/2023 às 16:46:21, BRUNA CARLA GUARIM DA SILVA - PREGOEIRO / GAQ - 10/02/2023 às 16:51:47, LAURA CRISTINA GONCALVES - COORDENADOR / CAC - 10/02/2023 às 16:52:02, WALDEMAR GARCIA NUNES JUNIOR - COORDENADOR / CFIN - 10/02/2023 às 16:53:19, SANDRA MARIA FIGUEIREDO DANTAS MONTEIRO - ASSESSOR ESPECIAL II / GSAAS - 10/02/2023 às 17:05:46, JUCINEIDE JESUS DE PAULA - COORDENADOR / CAL - 10/02/2023 às 17:07:05, RITA DE CASSIA DE SOUZA - COORDENADOR / CGP - 10/02/2023 às 17:55:22 e ANGRA FABIANA DE MORAES BASTOS - TECNICO DESENV ECO SOC L 10177/14 / GCC - 12/02/2023 às 17:06:08.
Documento Nº: 6922377-6141 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6922377-6141>



SEMADIC202303421A



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

10/02/2023 16:40

GPWEB SEMA

20.20. Nos termos da Lei Estadual nº 10.162/2014, fica o pagamento de serviços executados nos Municípios condicionado à comprovação pela Contratada do Certificado de Quitação do ISSQN no local onde estiver sendo feito o serviço, nos casos em que o Estado de Mato Grosso não for o substituto tributário da operação.

20.21. As notas a serem pagas poderão sofrer desconto devido aplicação das multas/glosas previstas no Contrato/Ordem de Fornecimento.

20.22. A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

a) Não produziu os resultados acordados.

b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

20.23. A Contratante efetuará retenção na fonte de todos os tributos inerentes ao contrato em questão.

20.24. A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I item 21.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.5. A sanção de multa, não poderá ser inferior a **0,5% (cinco décimos por cento)** nem superior a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 21.1.

21.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 21.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.

21.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 21.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos** e máximo de **6 (seis) anos**.

21.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

21.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.10. A aplicação das sanções administrativas previstas no item 21.1 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.11. A aplicação de qualquer das sanções administrativas previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na legislação.

21.12. A autoridade competente para aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta da Contratada infratora, o caráter educativo da sanção, bem como o dano causado ao Contratante, observado o princípio da proporcionalidade e razoabilidade.

22. DA RESCISÃO

22.1. A inexecução total ou parcial da contratação enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas em lei ou regulamento e realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada.

22.2. A rescisão da contratação poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, consensual, por acordo entre as partes, por decisão arbitral e judicial, nos termos da legislação vigente.

22.3. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da Contratada, a Contratante poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes da contratação até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

23. PÚBLICO/CLIENTELA ALVO

Servidores da Coordenadoria de Aquisições e Contratos da Secretaria de Meio Ambiente – MT.

24. RESULTADOS ESPERADOS

Atualização de conhecimentos dos servidores da Coordenadoria de Aquisições e Contratos, diante da publicação da nova lei de licitações (14.133/2021).

25. DISPOSIÇÕES FINAIS

Não Informado

Cuiabá-MT, 10 de fevereiro de 2023

Bruna Carla Guarim da Silva
Responsável pela Elaboração do T.R.
10/02/2023



Bruna Carla Guarim da Silva
Responsável pela Especificação Técnica
10/02/2023



Aprovado

Aprova

gpweb.sema.mt.gov



Assinado com senha por JACKELYNNE DE CASSIA PAIVA - GERENTE / GAQ - 10/02/2023 às 16:43:55, FATIMA APARECIDA DE CARVALHO - COORDENADOR / COR - 10/02/2023 às 16:46:21, BRUNA CARLA GUARIM DA SILVA - PREGOEIRO / GAQ - 10/02/2023 às 16:51:47, LAURA CRISTINA GONCALVES - COORDENADOR / CAC - 10/02/2023 às 16:52:02, WALDEMAR GARCIA NUNES JUNIOR - COORDENADOR / CFIN - 10/02/2023 às 16:53:19, SANDRA MARIA FIGUEIREDO DANTAS MONTEIRO - ASSESSOR ESPECIAL II / GSAAS - 10/02/2023 às 17:05:46, JUCINEIDE JESUS DE PAULA - COORDENADOR / CAL - 10/02/2023 às 17:07:05, RITA DE CASSIA DE SOUZA - COORDENADOR / CGP - 10/02/2023 às 17:55:22 e ANGRA FABIANA DE MORAES BASTOS - TECNICO DESENV ECO SOC L 10177/14 / GCC - 12/02/2023 às 17:06:08.

Documento Nº: 6922377-6141 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6922377-6141>



SEMADIC202303421A

SIGA



Governo do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

10/02/2023 16:40

GPWEB SEMA

Jackelynne de Cassia Paiva Gerente da Unidade 10/02/2023 Aprovado		Angra Fabiana de Moraes Bastos Gerente de Capacitação em Substituição 10/02/2023 Aprovado	
Laura Cristina Goncalves Coordenador/Superintendente da Unidade 10/02/2023 Aprova		Jucineide Jesus de Paula Coordenador/Superintendente da Unidade 10/02/2023 Aprova	
Rita de Cassia de Souza Coordenador/Superintendente da Unidade 10/02/2023 Aprova		Fatima Aparecida de Carvalho Coordenadoria de Orçamento 10/02/2023 Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA	
Waldemar Garcia Nunes Junior Coordenadoria Financeira 10/02/2023 Registrado na programação financeira		Sandra Maria Figueiredo Dantas Monteiro Ordenadora de Despesas em Substituição 10/02/2023 Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.	

gpweb.sema.mt.gov



Assinado com senha por JACKELYNNE DE CASSIA PAIVA - GERENTE / GAQ - 10/02/2023 às 16:43:55, FATIMA APARECIDA DE CARVALHO - COORDENADOR / COR - 10/02/2023 às 16:46:21, BRUNA CARLA GUARIM DA SILVA - PREGOEIRO / GAQ - 10/02/2023 às 16:51:47, LAURA CRISTINA GONCALVES - COORDENADOR / CAC - 10/02/2023 às 16:52:02, WALDEMAR GARCIA NUNES JUNIOR - COORDENADOR / CFIN - 10/02/2023 às 16:53:19, SANDRA MARIA FIGUEIREDO DANTAS MONTEIRO - ASSESSOR ESPECIAL II / GSAAS - 10/02/2023 às 17:05:46, JUCINEIDE JESUS DE PAULA - COORDENADOR / CAL - 10/02/2023 às 17:07:05, RITA DE CASSIA DE SOUZA - COORDENADOR / CGP - 10/02/2023 às 17:55:22 e ANGRA FABIANA DE MORAES BASTOS - TECNICO DESENV ECO SOC L 10177/14 / GCC - 12/02/2023 às 17:06:08.
Documento Nº: 6922377-6141 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6922377-6141>



SEMADIC202303421A

SIGA